

A corrida contra o tempo

As negociações para obtenção de um crédito stand by do Fundo Monetário Internacional (FMI) estão na fase final. Nas últimas semanas, o governo brasileiro não só enviou seus peritos a Washington para elaborar a carta de intenção — em que o Executivo assumirá compromissos até 1993 — como também realizou esforços sobre-humanos para mostrar que o País está em condição de respeitar as metas com que se compromete no documento. Isso não quer dizer, porém, que estamos às vésperas da liberação imediata dos recursos.

As autoridades monetárias tiveram tarefa delicada para atualizar o esboço da carta de intenções. Com efeito, atingiu-se novo índice de inflação mais cedo que o previsto, alterando todas as projeções feitas para os dois próximos anos. Ainda que não se possa fixar metas de inflação no documento, estas estão implícitas, quando se tem de calcular os valores relativos ao déficit público. Outra dificuldade encontrada em Washington tem sua origem na atitude do Congresso quanto à reforma constitucional e à reforma tributária. A tudo isso deve somar-se o fato de o Brasil estar enfrentando séria crise cambial, embora nos últimos dias tenha havido uma reação positiva, ainda que muito modesta.

Por seu lado, o governo se esforçou nos últimos meses para dar credibilidade

às metas que busca acertar com o FMI. Não só enviou ao Congresso os projetos de reformas da Carta Magna e tributária — cuja tramitação ainda é repleta de dúvidas —, como conseguiu resultados excepcionais nas contas públicas, com a obtenção de um superávit significativo (administração central) e uma melhora da situação financeira das empresas estatais, por meio do que podemos chamar de um verdadeiro tarifaço. O processo de privatização está seguindo seu curso com segurança. Talvez o fato mais positivo tenha sido a vitória do ministro Marcílio Marques Moreira que, ao resistir às pressões da sociedade, se mostra firme na recusa de qualquer medida mágica do tipo congelamento e não demonstra estar apavorado com a inflação.

Não se pode deixar, porém, de ignorar as dificuldades para a finalização do acordo com o FMI, que — não podemos esquecer — determinará o acordo com os bancos credores e com o Clube de Paris, sem falar do Banco Mundial, que tem papel-chave na conclusão dos entendimentos com os bancos. Desse organismo sairão os recursos mais importantes para oferecer garantias necessárias à securitização da dívida externa brasileira.

Existem exigências burocráticas que



não podem ser desprezadas. Depois do envio da carta de intenções, amplamente discutida com a missão do FMI, o documento deverá ser escrutinado pelos órgãos técnicos da instituição internacional. Normalmente isso exige três semanas. É possível, como afirmou o ministro da Economia, que tal prazo seja encurtado pelo fato de o Brasil ter na missão do FMI pessoas de alta responsabilidade. E haverá na hierarquia do organismo internacional quem possa apressar a discussão técnica e a aprovação do parecer.

O diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, de posse do parecer técnico, decidirá se encaminha imediatamente a carta de intenções ao board, organismo que determinará, em última instância, se o documento será ou não aceito. Na visão do diretor-gerente do FMI, não haverá obstáculos técnicos para a aprovação da carta de intenções. Existem, porém, os obstáculos que poderíamos chamar de políticos. Não se pode esquecer que, mesmo quando teve, há meses, em mãos uma carta de intenções assinada pelo governo brasileiro com parecer favorável dos departamentos técnicos do FMI, Michel Camdessus se recusou a encaminhá-la à diretoria, considerando

que as metas nela incluídas não reuniam possibilidade de ser atingidas — o que foi comprovado depois. É provável que a carta de intenções, agora, não seja entregue imediatamente ao board, que entra de férias no dia 19 de dezembro. Com efeito, fundado em sua experiência, o diretor-gerente do FMI talvez considere prudente esperar algumas semanas para verificar se os esforços realizados pelo governo brasileiro nos últimos meses serão mantidos.

Deve-se, porém, levar em conta que o FMI sofrerá forte pressão, tanto dos governos que têm peso no board da instituição (os Estados Unidos em particular) quanto dos bancos credores, para acelerar a conclusão do processo de negociação com o Brasil. Não se pode esquecer que o Brasil, um dos maiores devedores em relação à comunidade financeira internacional, é um dos raros países que ainda não resolveram seus problemas, impedindo que se reconheça que o Plano Brady está dando certo. Por outro lado, os bancos gostariam de que o acordo com eles saísse antes do final do ano para poder fechar balanço com novas perspectivas. É certamente um trunfo para o Brasil.

O término da crise financeira internacional é indispensável para que o País possa levar adiante — e de um modo definitivo — seu programa de ajuste. Por isso, é preciso ser otimista.